

Parecer nº 127/99

Data: 1999.07.28

Processo nº 653

Requerente: Câmara Municipal de Ponta Delgada

I - O pedido

1. Carlos Moniz Rodrigues, em exposição dirigida à Câmara Municipal de Ponta Delgada, solicitou as providências necessárias ao encerramento de um "canil" instalado em propriedade existente junto do prédio onde reside.
2. Tal exposição desencadeou o necessário procedimento administrativo que se traduziu no processo nº 98, iniciado em 18 de Setembro de 1997 na referida Câmara Municipal.
3. Neste processo, consta que a propriedade onde está instalado o canil pertence a Carlos Assunção Martins.
4. Da análise do processo, destacam-se ainda os seguintes documentos com utilidade para a compreensão do pedido:
 - a) Auto de notícia datado de 9 de Abril de 1999 em que se transmite a situação de Carlos Assunção Martins "possuir um canil com dois cães adultos e uma cria" relativamente ao qual se refere a "proveniência de maus cheiros, a falta de higienização" e cães "que ladram frequentemente entre as 6h e as 24h, causando intranquilidade ..." .
 - b) Mandado de notificação da Câmara Municipal, datado de 26 de Abril de 1999, que notifica Carlos Assunção Martins para proceder, no prazo de oito dias, à remoção dos animais.

5. Carlos Assunção Martins, requereu em 26 de Maio de 1999, à Câmara Municipal, a entrega de cópias deste processo nº 98.
6. A Câmara Municipal indeferiu o processo, argumentando que o pedido não cumpria os requisitos mínimos, de natureza formal, enunciados no nº 1 do artigo 74º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em especial as alíneas c) e d).
7. Perante tal decisão, Carlos Assunção Martins, veio de novo requerer à Câmara Municipal, em 18 de Junho de 1999, a entrega de cópias do processo, invocando agora os nºs 1, 2 e 3 do artigo 61º e as alíneas a), b), c), d) e e) do nº 1 do artigo 74º do CPA.
8. Perante tal pedido, a Câmara Municipal solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) a emissão de parecer "sobre qual o procedimento a seguir em relação ao pedido".

II - Apreciação

9. Com o devido respeito pela Câmara Municipal, esta Comissão entende que o pedido formulado por Carlos Assunção Martins, referido acima no nº 5, à luz da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, (LADA) reúne todos os requisitos legalmente previstos: o pedido de acesso foi formulado por escrito, dele constando os elementos essenciais à identificação dos documentos, o nome, morada e assinatura do interessado no acesso (vide artigo 13º da LADA).
10. A fundamentação do indeferimento pela Câmara de tal pedido, conduziu o cidadão a reformulá-lo, invocando o CPA.
11. Não sendo esta Comissão órgão competente para interpretar o CPA quando, ao seu abrigo, está em causa o acesso aos processos pelos cidadãos neles directamente interessados, não pode ignorar que é o próprio CPA que, no seu

artigo 65º, na senda da correspondente disposição constitucional, consagra o princípio da administração aberta, permitindo que todas as pessoas acedam aos arquivos e registos administrativos nos termos que estiver regulado em diploma próprio. Ora é tal diploma a LADA acima referida.

12. E, nos termos da LADA, os documentos que constituem o processo nº 98 acima referido são documentos administrativos de natureza não nominativa, não abrangidos em qualquer regime de restrição de acesso. São pois documentos de livre acesso por todos.

III - Conclusão

13. A Câmara Municipal de Ponta Delgada deve permitir o acesso ao processo, conforme foi solicitado, mediante o pagamento de taxa que, porventura, regulamentação camarária preveja.

Lisboa, 28 de Julho de 1999.

João Figueiredo (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – Vasco Almeida – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Castro Martins (Presidente)